



UK

O IMPOSTO SOBRE O AÇÚCAR NO REINO UNIDO

SÉRIE DE APRENDIZAGEM INTERNACIONAL, NÚMERO 2 /
PUBLICADO EM JULHO 2017





O IMPOSTO SOBRE O AÇÚCAR NO REINO UNIDO

RESUMO

- Um imposto de dois níveis aplicável à produção e importação de bebidas adoçadas com açúcar (BAA) será introduzido no Reino Unido em 2018, com o intuito político que esta medida impulsionará a reformulação de produtos e diminuir o consumo de açúcar.
- O desenho do imposto é significativamente diferente dos impostos sobre o açúcar e refrigerantes encontrados em outros países, que no geral são impostos aplicados no ponto de consumo. Uma série de preocupações foram levantadas quanto ao alcance e o desenho do imposto.
- A ação pública colaborativa e coesa de ativistas de saúde pública e outros ajudou a criar um ambiente político no qual foi politicamente aceitável introduzir uma política fiscal destinada a apoiar mudanças na dieta.
- Grande parte do discurso político concernente a introdução do imposto sobre o açúcar concentrou-se na proteção de crianças e jovens, além de proteger os recursos financeiros do Serviço Nacional de Saúde (National Health Service – NHS).

Glossário

GOVERNO: O governo do Reino Unido é formado por Membros do Parlamento (MPs) do partido político que comanda uma maioria parlamentar (ou, em casos raros, uma coalizão de partidos). O primeiro-ministro é o chefe do governo do Reino Unido. Os departamentos (ministérios) governamentais e suas agências são responsáveis para colocar em prática a política governamental.

O Reino Unido é composto por quatro países: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Após a devolução em 1999, poderes foram transferidos do Parlamento do Reino Unido em Westminster para o Parlamento Escocês, a Assembleia Nacional para o País de Gales e a Assembleia da Irlanda do Norte; e políticas em determinadas áreas – incluindo saúde, agricultura, educação, meio-ambiente e governo local – são determinadas pelos poderes descentralizados. No entanto, o imposto sobre o açúcar foi concebido para cobrir o Reino Unido em sua totalidade.

O Governo do Reino Unido também continua sendo sujeito às leis e políticas que proveem da União Europeia.

Ministério da Fazenda (Her Majesty's Treasury – HM Treasury): é o principal ministério para economia e finanças do governo, pois controla a tributação e, quando não delegada aos países constituintes do Reino Unido, controla também a despesa pública.

Agência da Receita e Alfândegas da sua Majestade (Her Majesty's Revenue and Customs – HMRC): é a agência do Ministério da Fazenda responsável pela arrecadação de impostos.

Ministério da Saúde (Department of Health): é o departamento governamental responsável pela saúde e assistência social no Reino Unido.

Comitês Seletos da Câmara dos Deputados (Parliamentary Select Committees): são grupos inter pares de membros do parlamento que não fazem parte do governo, encarregados de escrutinar o trabalho do governo. O Comitê Seletos da Saúde, por exemplo, analisa o trabalho do Ministério da Saúde.

Saúde Pública Inglaterra (Public Health England – PHE): a PHE é uma agência executiva autônoma do Ministério da Saúde. É encarregada de

proteger e melhorar a saúde e o bem-estar da nação, bem como reduzir as desigualdades na saúde – apenas na Inglaterra. Faz isso estimulando diálogos de política pública e aconselhando o trabalho do governo.

Agência de Normas Alimentares (Food Standards Agency – FSA) e seus parceiros descentralizados são responsáveis pela segurança e higiene de alimentos em todo o Reino Unido. Anteriormente, a FSA era responsável por assessorar o governo em questões relacionadas à nutrição. Essas responsabilidades, desde 2010, foram transferidas para o Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais.

Imposto de consumo (excise tax): um imposto de consumo aplicado aos produtos no ponto de venda.

Reformulação: alteração dos ingredientes, ou a proporção de ingredientes, encontrados num produto alimentar.

Política Agrícola Comum (Common Agricultural Policy): política agrícola comum da União Europeia.

Lobby: tentar influenciar o trabalho do governo, parlamentares, ou outros influenciadores de políticas.

A POLÍTICA DO IMPOSTO SOBRE O AÇÚCAR NO REINO UNIDO

Em março de 2016, o governo do Reino Unido anunciou planos para um imposto nacional sobre bebidas adoçadas com açúcar (BAA) (sugar-sweetened beverages – SSB em inglês) como parte de seu orçamento anual. O imposto deverá entrar em vigor em abril de 2018. O governo pretende que a imposição encoraje os produtores de bebidas a reformular e/ou substituir seus portfólios de produtos por produtos menos açucarados, incentivando assim a mudança de comportamento liderada pelo produtor, em vez de preços mais altos no ponto de compra.

O imposto será aplicado aos produtores (embaladores ou engarrafadores) e importadores de bebidas adoçadas com açúcar; embora o governo não pretenda incluir sucos de frutas não adoçados com açúcar, a maioria das bebidas à base de leite, bebidas alcoólicas e uma variedade de outros produtos líquidos. Uma taxa fixa de £0,24 (libras esterlinas) por litro será aplicada em bebidas com mais de 8 gramas (g) de açúcar adicionado a cada 100 mililitro (ml), com uma taxa mais baixa de £0,18 aplicada em bebidas com mais de 5 g de açúcar adicionado a cada 100 ml. Para fins de comparação, a Coca-Cola ‘normal’ comercializada no Reino Unido contém 10,6g de açúcar por 100ml (Smith, sem data).



Os produtores serão obrigados a testar o conteúdo de seus produtos anualmente, e o Ministério da Fazenda (HM Treasury) pretende introduzir multas e sanções para quem não cumprir com o esquema, inclusive através de processos penais, penalidades civis e confisco de bens.

O governo originalmente esperava que o imposto arrecadasse £520 milhões (libras esterlinas) no primeiro ano, com rendimentos decrescentes do imposto em anos subsequentes (£500 milhões em 2019-20, £455 milhões em 2020-21), à medida que produtores e consumidores ajustam seu comportamento (HM Treasury, 2016a) (Barber et al., 2017). No entanto, o Gabinete para a Responsabilidade Orçamental (Office for Budget Responsibility, uma agência pública independente do governo) já estimou que o imposto irá arrecadar somente £380 milhões em 2018. O governo relatou esse dado como um sucesso: uma indicação de que essa política conseguiu mudar o comportamento dos fabricantes mais rapidamente do que o previsto, mesmo antes da implementação da lei. Vários fabricantes reformularam seus produtos, diminuindo o nível de açúcar de certos produtos para que não fossem atingidos pelo imposto (Barber et al., 2017) (HM Government, 2016).

As receitas do imposto serão alocadas às escolas na Inglaterra, para pagar por equipamentos de educação física, atividades extracurriculares e iniciativas de alimentação saudável, incluindo os clubes escolares fornecendo café da manhã. (Health Committee, 2017). As administrações descentralizadas do Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) receberão a receita do imposto através do cálculo padrão utilizado para determinar a distribuição da receita fiscal entre os países (HM Government, 2016).

Uma série de grupos de interesse concorrentes tem tentado influenciar a forma como o governo libera as receitas do imposto. Um grupo independente de deputados interessados no tema da fome durante as férias escolares (que afeta as crianças com direito a refeições escolares gratuitas) recomendou em abril de 2017 que os fundos arrecadados a partir do

imposto deveriam ser disponibilizados para que as autoridades locais possam combater a questão da fome nas férias (APPG Hunger, 2017). Este é um desenvolvimento interessante, sendo que vincula as políticas de insegurança alimentar, sobrepeso e obesidade; algo relativamente raro no mundo da política pública no Reino Unido.

PONTOS FORTES E FRACOS DO IMPOSTO, E SUGESTÕES

O desenho do imposto

A maioria das organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil (OSCs), órgãos de saúde e ativistas deram cautelosas boas-vindas ao anúncio do imposto proposto sobre o açúcar. Argumentaram que, no mínimo, este imposto sinalizou que o governo estava preparado para seguir políticas intervencionistas a fim de garantir a saúde pública (Barber et al. 2017).

No entanto, o imposto não é o imposto de consumo aplicado no ponto de compra que a maioria dos ativistas de saúde pública tinha advogado, e que tem sido aplicado em vários outros países (ver quadro abaixo). Em vez disso, o intuito expresso do governo é que o imposto sobre o açúcar impulse a reformulação de produtos.

Porém, o governo concedeu à indústria a decisão de como exatamente reagir ao novo imposto. Isso deixa aberto um espaço para consequências involuntárias. Como resultado do imposto sobre o açúcar, os produtores poderão decidir reformular os seus produtos, ou mudar para a produção de alternativas com teores mais baixos de açúcar. Há indícios iniciais disso com Lucozade, RibenaSuntory e outras companhias que anunciaram planos para novas estratégias de redução de açúcar (Barber et al., 2017). No entanto, a reformulação de produtos é cara, e os varejistas poderão decidir absorver os custos da imposição deste imposto, ou optar por repassar os custos para os consumidores, através do aumento de preço. Se os produtores fizeram isso através da segmentação de bebidas com maior teor de açúcar, de modo a produzir um diferencial de preços no ponto de compra, isso poderia suscitar uma mudança de comportamento positiva por parte dos consumidores, como foi o caso de outros impostos sobre bebidas adoçadas com açúcar aplicados internacionalmente (ver abaixo). No entanto, se os produtores passarem os custos para os consumidores de forma uniforme em seus portfólios de bebidas completas – aumentando os preços tanto de bebidas adoçadas com açúcar como as outras – não haverá incentivo para que os consumidores troquem para alternativas com menor teor de açúcar (ECORYS, 2014).

Um estudo de modelagem econométrica, publicado na revista científica britânica *The Lancet* em dezembro 2016, avaliou as implicações para a saúde pública de três respostas hipotéticas da indústria à imposição do imposto sobre o açúcar: a reformulação (ou seja, a estratégia aparentemente seguida pelos fabricantes listados acima), o aumento de preços no ponto de consumo; e a promoção de bebidas adoçadas com baixo e médio teor de açúcar, em detrimento das linhas de produtos ‘clássicos’. A modelagem sugere que o primeiro cenário provocaria os maiores efeitos de saúde na sociedade a médio prazo, em termos de taxas de obesidade, a prevalência de diabetes tipo 2 e problemas dentários. A intenção do governo com o imposto – afim de impulsionar a indústria a reformula-la – parece, portanto, justificada; mas sem um mecanismo que force a implementação estes resultados não são garantidos (Briggs et al., 2017). No mínimo, um monitoramento independente e robusto da implementação do imposto deverá ser conduzido para avaliar o impacto sobre o comportamento dos fabricantes.

O desenho do imposto apresenta outros desafios. Por exemplo, apesar do imposto ser a dois níveis a taxa é fixa o que significa que o imposto por grama de açúcar é de fato mais baixo para os produtos altamente açucarados no mercado. Uma abordagem alternativa seria utilizar um imposto constante ou crescente por grama de açúcar/100ml de modo a garantir que os produtos altamente açucarados sejam submetidos a taxa mais elevada do imposto (Smith, 2016).

O imposto sobre o açúcar no Reino Unido

Escopo do imposto – Exclusão de produtos

Em seus planos apresentados durante o Processo de Consulta em 2016, o Ministério da Fazenda indicou que tinha considerado uma série de possíveis lacunas do imposto e descreveu como planejava fechá-las. Em um exemplo, indicou que tenciona cobrar o pagamento de impostos sobre produtos distribuídos gratuitamente através de operações de marketing.

No entanto, uma grande variedade de produtos altamente adoçados com açúcar permanecerá fora do âmbito do imposto. Por exemplo: o governo excluiu do imposto as bebidas à base de leite adoçadas com açúcar onde esses produtos contêm pelo menos 75% de leite justificando-se que os produtos à base de leite são uma importante fonte de proteína, cálcio, potássio e várias outras vitaminas e micronutrientes.

Mais de 90% dos produtos de leite aromatizados com sabor no mercado (no valor de £280 milhões (AHDB, 2016)) contêm 90% de leite, o que significa que a maioria deste crescente mercado será efetivamente excluído do imposto, apesar de muitas dessas bebidas terem um conteúdo total de açúcar superior a 5g/100ml, derivado tanto de açúcares de lactose naturais como também de açúcares adicionados.

Essa abordagem tem sido criticada por muitos, incluindo pelo Comitê Seletivo de Saúde (Health Committee, 2017) da Câmara dos Deputados. Uma abordagem alternativa para

impostos internacionais sobre bebidas adoçadas com açúcar

Em outubro de 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) das Nações Unidas (ONU) recomendou que os estados deveriam criar impostos sobre as bebidas adoçadas com açúcar, tendo concluído a partir da literatura acadêmica de que os aumentos de preços no ponto de consumo podem ajudar a

garantir reduções no consumo ao nível da população (OMS, 2016). Conforme descrito na Tabela 1, vários países já introduziram impostos relacionados à saúde sobre bebidas adoçadas com açúcar, além de alimentos e bebidas com alto teor de gordura, sal e/ou açúcar. Os

impostos sobre bebidas adoçadas com açúcar – ainda utilizados por uma pequena minoria de estados do mundo – tendem a ser aplicados no ponto de compra, através de um imposto de consumo. As taxas são geralmente aplicadas em uma base volumétrica (ou seja, sobre uma quantidade específica de

açúcar por litro) ao invés de através de impostos de valor agregado (IVA) ou outros impostos ad valorem (ou seja, aplicadas sobre o custo total do produto). Os impostos sobre volume tendem a ter um maior impacto nos preços das embalagens múltiplas e dos produtos mais baratos de 'marca própria'.

Tabela 1: Impostos sobre alimentos e bebidas relacionados à saúde

País	Ano	O que é tributado	Tipo de imposto
Hungria	2011-	Alimentos com Alto Teor de Gordura, Sal e Açúcar; Bebidas Adoçadas com Açúcar	Imposto de Consumo
Dinamarca	2011-2013	Produtos com + 2,3% de gordura saturada	Imposto de Consumo
França	2011-	Bebidas Adoçadas com Açúcar	Imposto de Consumo, ajustado anualmente à base da inflação
Finlândia	2011-	Bebidas Adoçadas com Açúcar, doces, sorvete	Imposto de Consumo, com aumentos graduais
México	2015-	Bebidas Adoçadas com Açúcar, alimentos com alto teor calórico	Imposto de Consumo e Imposto sobre o Valor Agregado
Portugal	2017-	Bebidas Adoçadas com Açúcar	Imposto de Consumo
Irlanda	2018-	Bebidas Adoçadas com Açúcar	A ser consultado. Imposto provavelmente será aplicado sobre a produção e importação, em vez de ser no ponto de consumo (por exemplo, imposto de consumo)

(Cornelsen & Carriedo, 2015)

No Reino Unido, proponentes advogando por – e subsequentemente defendendo – propostas para um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar, citaram esses exemplos internacionais extensivamente (Obesity

Health Alliance, 2017b). No entanto, o imposto introduzido pelo governo difere significativamente dos modelos desenvolvidos em outros lugares, sendo que o governo espera que nenhum custo seja transferido para o ponto de

compra. Isso apesar da experiência do México – entre os exemplos acima, o caso mais minuciosamente avaliado – e de outros lugares, demonstrar que os impostos sobre o açúcar são veículos eficazes de mudança quando

há uma diferença de preço no ponto de compra que impacta o comportamento tanto do consumidor bem como do produtor (Colchero, Popkin, Rivera, & Ng, 2016; Cornelsen & Carriedo, 2015; Public Health England, 2015a).

a implementação, seria alinhar o imposto sobre o açúcar com os padrões de alimentação escolar estabelecidos pelo governo. Esses padrões regulam os alimentos que podem ou não serem vendidos nas escolas estaduais, e atualmente proíbem a venda de bebidas à base de leite com mais de 5% de açúcar adicionado.

Os pulverizadores de doces – líquidos dispensados através de um mecanismo aerossol – também devem ser excluídos do imposto, assim como os pós solúveis (como leite achocolatado em pó). Isso apesar do fato de que esses produtos são rotineiramente comercializados para crianças pequenas, muitas vezes frequentemente por fabricantes de bebidas adoçadas com açúcar, permitindo o desenvolvimento da fidelidade da marca entre os jovens consumidores. O Ministério da Fazenda também pretende excluir do imposto os aromas líquidos, tais como os xaropes adicionados às bebidas com base em café, justificando isso com o fato de que sua inclusão complicaria a administração do imposto, dado que esses produtos são semelhantes a outros produtos que não são ingeridos, como por exemplo o xarope de glucose de milho e açúcar (HM Treasury, 2016b).

Outros produtos, embora abrangidos pelo escopo do imposto, serão administrados de tal forma que poderia permitir a evasão de pagamentos. Espera-se que os líquidos concentrados diluíveis sejam taxados com base na sua composição ‘pronta para beber’. Isso significa, por exemplo, que um litro de xarope de bebida ‘saco em caixa’ (‘bag-in-box’ – usado regularmente no setor de alimentação e hospitalidade) com instruções para diluir em quatro litros de água, de modo a produzir cinco litros de bebida, será cobrado como se fosse uma bebida de cinco litros. O Ministério da Fazenda pretende emitir orientações baseadas em evidências sobre o que considera ser a taxa de diluição padrão de tais produtos e pretende exigir que os produtores paguem o imposto com base nesta taxa, onde julgar que as taxas definidas pelo setor são desenhadas para evitar o imposto. No entanto, a Agência da Receita e Alfândegas (HMRC) está prestes a perder um terço de seus empregados até 2021, o que potencialmente limitará sua capacidade de combater esta e outras estratégias de evasão fiscal e de minimização fiscal utilizando artifícios legais (Swinford, 2016).

A exclusão de sucos de frutas não-adoçados com açúcar do imposto também é potencialmente problemática. Atualmente, em seus conselhos ao público, o governo recomenda limitar o consumo de suco de frutas, mas a sua exclusão do imposto poderia incentivar consumidores a mudar de bebidas adoçadas com açúcar para o consumo excessivo de sucos de frutas. A exclusão de sucos de frutas e produtos à base de leite também oferece uma oportunidade, atualmente sendo considerada pela indústria de bebidas, para montar um desafio legal à política do imposto sobre o açúcar, citando concorrência desleal (Bunn & Barn, 2016).

Mesmo desconsiderando essas exclusões e potenciais lacunas, alguns argumentam que o imposto não é suficientemente abrangente. Ao taxar bebidas adoçadas com açúcar, mas não outros produtos com alto teor de gordura, sal e açúcar, o imposto poderá resultar em que os consumidores substituam bebidas adoçadas com açúcar por outros alimentos e bebidas não-saudáveis. Os proponentes desta visão têm argumentado que as medidas fiscais deveriam ser aplicadas a uma gama mais ampla de produtos (Bunn & Barn, 2016).

Escopo do imposto – Exclusão de produtores

O Ministério da Fazenda pretende excluir os pequenos operadores do imposto, argumentando que os custos administrativos necessários para cobrar o imposto superariam a receita arrecadada. Esta é a mesma abordagem adotada em todo o regime fiscal do Reino Unido, apesar do imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar ter sido concebido como uma intervenção de saúde pública, e não como um instrumento de arrecadação tributária ‘normal’.

Este ‘regime para pequenos operadores’ poderá incentivar produtores a se fragmentarem em unidades de negócios juridicamente distintas, de modo a evitar o cumprimento deste imposto. O Ministério da Fazenda está confiante que será capaz de adaptar suas medidas anti-fragmentação encontradas em outras partes do sistema fiscal britânico (por exemplo, no regime de taxa sobre a cerveja – ‘UK Beer Duty’) para evitar essa prática. Essa exclusão de pequenas empresas também poderá oferecer um incentivo para os varejistas e outros vendedores importarem do exterior bebidas não-tributadas, com os varejistas operando como pequenos importadores, permitindo assim que bebidas adoçadas com açúcar que não foram tributadas entrem no mercado. O Ministério da Fazenda novamente tenciona “explorar uma gama ampla de contramedidas legislativas e operacionais” para prevenir esta prática (HM Treasury, 2016b).

O imposto sobre o açúcar no Reino Unido

Alinhamento com outras políticas

O imposto sobre o açúcar não será uma solução abrangente, e não seria de se esperar que ele sozinho irá diminuir o consumo de açúcar ao nível da população. Também é necessário ter políticas complementares para apoiar a mudança para dietas mais saudáveis e assim diminuir as taxas de obesidade.

O imposto sobre o açúcar está incluído no Plano de Obesidade Infantil do governo, publicado em agosto de 2016. No entanto, ativistas de saúde, especialistas médicos e deputados parlamentares criticaram o Plano que foi publicado com grande atraso (Health Committee, 2017) e cujo conteúdo original parece ter sido modificado antes de sua publicação, e compromissos mais ambiciosos removidos. A proibição de publicidade televisiva de alimentos pouco saudáveis antes das 21h, e limitações sobre alimentos com alto teor de gordura, sal e açúcar no ponto de venda – que tinham sido incluídos em versões anteriores do Plano que foram vazados no Ministério – não foram incluídos no documento final. (Veja nossa publicação que acompanha www.foodfoundation.org.uk/publication para um resumo das políticas britânicas sobre a publicidade de alimentos e bebidas com alto teor de gordura, sal e açúcar).

Um novo programa nacional de reformulação para remover o açúcar e as calorias dos produtos alimentares contidos no Plano será conduzido através de metas voluntárias, estabelecidas pela agência Public Health England em paralelo ao imposto (Governo do Reino Unido, 2016). Este programa de reformulação, que desafia a indústria a reduzir o açúcar em categorias de produtos rotineiramente consumidos por crianças em 20% até 2020, foi desenhado com referência ao imposto sobre o açúcar. Public Health England identificou para inclusão no programa as nove categorias de produtos que, além de bebidas adoçadas com açúcar, contribuíram com a maior quantidade de açúcar nas dietas infantis. Além disso, o governo justifica a exclusão de produtos à base de leite do imposto sobre o açúcar em parte porque este produto está incluído no programa de reformulação. No entanto, porquanto que o programa é ambicioso, o governo não forneceu à agência PHE nenhum mecanismo para garantir o cumprimento deste junto aos fabricantes e varejistas, nem especificou qual seria a legislação alternativa se essa abordagem não suscitar mudanças (Caraher & Perry, 2017).

Além disso, o imposto sobre o açúcar não está alinhado às medidas fiscais a montante (upstream). Pesquisadores parlamentares preveem que as reformas da Política Agrícola Comum da União Europeia de 2017 levarão a uma queda nos preços do açúcar como commodity (Bunn & Barn, 2016), potencialmente negando o incentivo financeiro para reformular oferecido pelo imposto. Do mesmo modo, o atual regime de imposto sobre valor agregado (IVA) do Reino Unido – difícil de mudar à medida que continua sendo governado por Bruxelas – não está bem alinhado com a entrega de melhores resultados de saúde. Atualmente, as bebidas adoçadas com açúcar estão sujeitas ao IVA britânico. Alguns outros produtos menos saudáveis, como doces e produtos de confeitaria, salgadinhos e batatas-fritas em pacote também estão sujeitos ao IVA; assim como alguns produtos mais saudáveis, como água mineral e sucos de frutas, enquanto que uma gama de produtos com alto teor de gordura, sal e açúcar estão isentos. Enquanto o governo não tenciona usar o imposto para impactar sobre os preços no ponto de consumo, essa falta de alinhamento poderá limitar a vontade dos consumidores para mudarem de bebidas adoçadas com açúcar para produtos mais saudáveis, se os produtores repassarem aumentos de preço.

Combatendo as desigualdades e os determinantes sociais da saúde

Se o imposto sobre o açúcar no Reino Unido e os impostos sobre o açúcar em geral, são exemplos de políticas fiscais regressivas – aquelas que ampliam as desigualdades sociais – está aberto à interpretação. Se o custo de um imposto sobre o açúcar é transferido para os consumidores no ponto de compra, é provável que seria financeiramente regressivo, custando às famílias de menor rendimento uma maior porcentagem da renda familiar. Este efeito pode ser particularmente pronunciado em países como o Reino Unido, onde o consumo de bebidas adoçadas com açúcar é maior entre famílias de baixa renda. Do mesmo modo, ao impor um imposto de dois níveis com taxa fixa, pode-se argumentar que as propostas do Reino Unido seriam particularmente financeiramente regressivas se os custos fossem transferidos para os consumidores, à medida em que um refrigerante mais barato ou de marca própria atrairá um aumento de preço percentual muito além de um refrigerante premium como a Coca-Cola. Tais argumentos têm sido expressos vigorosamente pelos opositores ao imposto (Snowdon, 2016).

No entanto, os defensores dos impostos sobre o açúcar, incluindo a Faculdade de Saúde Pública (Faculty of Public Health) e o Centro de Pesquisa sobre Dieta e Atividade (Centre for Diet and Activity Research), argumentaram que os impostos sobre o açúcar no ponto de venda são progressivos quando nos focamos sobre os resultados na saúde (Campbell, 2016), com grupos de baixa renda obtendo benefícios desproporcionais da intervenção, devido ao seu maior risco de diabetes, câncer, obesidade, derrame cerebral e outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Impacto no discurso público

Evidências anedóticas sugerem que o debate em torno do imposto sobre o açúcar deixou o público mais bem informado sobre o papel do açúcar na dieta, e que isso sozinho pode produzir um efeito halo de redução do consumo de açúcar de curto a médio prazo. Desde a introdução do imposto sobre o açúcar, uma série de partes interessadas introduziram outras intervenções de saúde pública de longo alcance para limitar o consumo de açúcar, potencialmente encorajados pelo exemplo estabelecido pelo imposto. Por exemplo, o Serviço Nacional de Saúde (NHS) entregou um ultimato aos varejistas nos seus estabelecimentos, anunciando que as bebidas adoçadas com açúcar serão banidas do NHS, a menos que ações voluntárias sejam tomadas para reduzir vendas (NHS England, 2017). No entanto, argumentou-se que este debate público poderia concentrar excessivamente a atenção do público sobre o papel do açúcar na dieta, assim potencialmente tirando o foco de outros nutrientes importantes (Anderson et al., 2016) ou do impacto na saúde do excesso de consumo de alimentos ultra-processados.

HISTÓRICO DA POLÍTICA DO IMPOSTO SOBRE O AÇÚCAR

O mero fato deste imposto ter sido introduzido e mais ainda por um governo amplamente considerado como sendo contra impostos e anti-regulatório, requer análise.

Até 2012, tanto o Partido Conservador (atualmente no poder) quanto o Partido Trabalhista – o maior partido da oposição em Westminster – argumentaram que propostas para simplificar o Imposto sobre o Valor Agregado (VAT) em alimentos quentes ‘take-away’ para garantir que tais produtos fossem tributados em 20%, representava os piores aspectos do ‘Estado Babá’ – o tal ‘nanny state’, que controla o país como se fosse criança. Embora esta proposta não fosse vinculada a questões de saúde pública, demonstra a potencial resistência à iniciativas fiscais de saúde pública. De fato, até 2014, as principais partes declararam que não tinham planos de tributar bebidas adoçadas com açúcar (Cornelsen & Carriedo, 2015). Esta próxima seção examina como o imposto sobre o açúcar vem à tona neste ambiente político hostil.

Em parte, o imposto sobre o açúcar nasceu do fracasso das abordagens voluntárias à política alimentar. Entre 2011 e 2015, a atenção do governo em melhorar a saúde alimentar do público foi em grande parte canalizada através da Rede Alimentar do Acordo de Responsabilidade para a Saúde Pública (Public Health Responsibility Deal Food Network). Este foi um grupo voluntário, composto pelo governo, varejistas de alimentos, fornecedores e fabricantes, grupos de saúde, órgãos profissionais e outras partes interessadas. O grupo foi ‘desafiado’ a reduzir o consumo de calorias (embora não o açúcar) através da reformulação de produtos, embalagens de tamanhos reduzidos e outras ações voluntárias.

No entanto, avaliações independentes do Acordo de Responsabilidade demonstram que apenas garantiu compromissos que eram considerados seguros e facilmente entregues pela indústria de alimentos, não conseguindo obter ações que fossem além do negócio como de costume (Knai et al., 2015). Com ações voluntárias que falharam em trazer mudanças substantivas por parte da indústria, muitas partes interessadas se voltaram para defender abordagens mais prescritivas com foco na regulamentação.

Simultaneamente, ONGs e grupos da sociedade civil têm trabalhado sistematicamente para construir apoio público e político para a implementação de um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar. Desde 2013, a Campanha de Alimentação Infantil (Children’s Food Campaign), que é apoiada por mais de 100 grupos, trabalhou em estreita colaboração com acadêmicos, profissionais de saúde e especialistas em políticas públicas para produzir um caso para ação fiscal de alta qualidade, revisado por pares. Os órgãos de saúde também desempenharam um papel influente. Mais de 60 organizações de saúde pública e organizações profissionais médicas apoiaram a demanda pelo imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar, antes que o governo anunciasse o mesmo (HM Treasury, 2016a).

Ativistas individuais – como o cozinheiro-celebridade Jamie Oliver – também fizeram campanha para mudanças políticas na arena pública. Por exemplo, ao impor um ‘imposto sobre o açúcar’ voluntário em seus próprios restaurantes, Oliver estabeleceu um precedente para o imposto nacional. Além disso, a promoção que a Jamie Oliver Food Foundation fez da campanha Sugar Smart Cities – ‘Cidades Espertas sobre o Açúcar’ – organizada em parceria com a Rede de Cidades de Alimentos Sustentáveis (UK Sustainable Food Cities Network que une organizações locais e transitórias trabalhando com alimentos), ajudou a introduzir e em seguida normalizar a noção de usar abordagens mixtas (fiscais e outras) para reduzir o excesso de consumo de açúcar no país (Sugar Smart, nd).

As recomendações com base em evidências oriundas de grupos consultivos formais, nomeados pelo governo, também ajudaram a produzir um ambiente político propício à ação. Em 2015, o Comitê Consultivo Científico que aconselha o governo sobre saúde e nutrição (Scientific Advisory Committee on Nutrition – SACN) informou que os açúcares livres “não devem contribuir mais de 5% da energia total alimentar”. O governo aceitou esta recomendação e já começou a integrá-la oficialmente em campanhas de saúde pública. Para que este objetivo seja alcançado, deve ocorrer uma redução substancial no consumo de açúcar ao nível populacional (SACN, 2015). Em 2015, dados do governo indicavam que 87% dos adultos, 99% das crianças no ensino médio e 100% das crianças no ensino primário excederam esse nível recomendado, com o açúcar contribuindo com uma média de 12%, 16% e 14% do consumo energético de cada grupo etário, respectivamente (Food Foundation, 2016).

Subsequentemente, a Public Health England recomendou que bebidas adoçadas com açúcar fossem minimizadas nas dietas de adultos e crianças. Esta foi uma intervenção sem precedentes: a PHE somente faz recomendações parecidas com base em questões toxicológicas. Nesse mesmo relatório, citando uma base de evidências, a PHE compilou uma

lista de 8 estratégias políticas de alta prioridade que poderiam ser utilizadas para alcançar reduções no consumo de açúcar ao nível da população, seguindo as recomendações da SACN. Esta lista incluiu um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar e outros produtos com alto teor de açúcar, de modo que os preços no ponto de compra seriam aumentados em 10-20%. Revisando a literatura internacional, o artigo descobriu que:

“é provável que os aumentos de preços sobre produtos específicos, ricos em açúcar – tais como bebidas adoçadas com açúcar – através de medidas fiscais como um imposto ou taxa, se for suficientemente alto, reduziria a compra do mesmo, pelo menos a curto prazo” (Saúde Pública Inglaterra, 2015b)

O sistema de Comitês Parlamentares do Reino Unido também desempenhou um papel fundamental em mudar as prioridades políticas do governo. O relatório sobre obesidade infantil produzido pelo Comitê Seletor da Saúde apresentou um forte argumento para o governo tomar “ações corajosas e atrevidas” para combater a obesidade infantil, incluindo um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar (Health Committee, 2015). Membros influentes do Comitê e outros parlamentares passaram a fazer campanhas a favor do imposto sobre o açúcar no Parlamento e também através da imprensa, ajudando a aumentar o nível de conscientização pública e assim criando uma base de apoio para o imposto. Os parlamentos descentralizados das nações do Reino Unido também ajudaram a gerar demanda para uma abordagem fiscal que enfrentasse o sobrepeso e a obesidade, com dois dos principais partidos na Assembleia de Gales apoiando planos para o imposto sobre o açúcar em 2015 (WalesOnline, 2015).

Os relatórios que emanam da comunidade de pesquisa também tiveram um impacto significativo no discurso político, criando demanda para novas ações políticas sobre a obesidade e ao mesmo tempo focando a atenção nas bebidas adoçadas com açúcar como um produto-chave de interesse. Um relatório muito citado do McKinsey Global Institute, publicado em 2015, destacou que 5% do orçamento total do Serviço Nacional de Saúde (£6 bilhões) foi gasto no tratamento de sobrepeso e obesidade (McKinsey Global Institute, 2014). Análises de alta qualidade e meta-análises feitas no Reino Unido e em outros países também demonstraram que o consumo habitual de bebidas adoçadas com açúcar leva a aumentos no Índice de Massa Corporal para crianças e adolescentes bem como ao aumento do risco de diabetes tipo 2. Ao mesmo tempo, foi mostrado que essas bebidas fornecem baixos efeitos de saciedade, e não tem nenhum valor nutricional (de Ruyter, Olthof, Seidell, & Katan, 2012; Malik, Pan, Willett e Hu, 2013). Estes dados focalizaram ainda mais a atenção política nesta categoria de produtos, enquanto que a modelagem econométrica antecipou que um imposto de 20% sobre bebidas adoçadas com açúcar no ponto de compra poderia reduzir a taxa de obesidade em 1,3%. Estes dados foram amplamente utilizados por proponentes de um imposto sobre o açúcar (Briggs et al., 2013).

Apoiados por uma base de evidências, estas demandas para uma resposta fiscal à obesidade foram amplamente captadas pela mídia, o que ajudou a garantir um alto nível de apoio público. Algumas pesquisas indicaram que a maioria do público apoiava as propostas para o imposto sobre o açúcar antes que o governo tenha se comprometido com o mesmo (Bunn & Barn, 2016). De fato, várias pesquisas de opinião foram encomendadas, tanto por defensores como por opositores dos impostos sobre bebidas adoçadas com açúcar, para construir seus respectivos casos (Obesity Health Alliance, 2017b e 2017a). Com as receitas dos impostos sobre o tabaco e o álcool já contribuindo cerca de 4% da receita tributária total do Reino Unido desde 2011 (Sassi & Belloni, 2014), uma proposta para um imposto desenhado para arrecadar receita que, ao mesmo tempo era considerado publicamente aceitável, deve ter sido altamente atrativa para o governo.

O imposto foi apresentado ao Parlamento através do Projeto de Lei de Finanças 2017 (Finance (Nº 2) Bill 2017). Devido ao Governo do partido Conservador ter declarado eleições antecipadas em abril de 2017, havia o risco de que o imposto sobre o açúcar não iria sobreviver ao período antes do encerramento da sessão do parlamento – onde projetos de lei controversos são simplificados para assegurar sua aprovação rápida. No entanto, na sequência de renovados pedidos para a priorização do imposto de profissionais de saúde pública e do terceiro setor, o imposto passou pela Câmara dos Deputados como parte do Projeto de Lei de Finanças em Abril de 2017.

Narrativas políticas em torno do imposto sobre o açúcar

Os defensores de um imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar recorreram repetidamente a duas narrativas distintas no desenvolvimento de seus casos de ação.

O imposto sobre o açúcar no Reino Unido

Protegendo crianças e jovens

No Reino Unido, comentaristas que veem ações governamentais como invasão de escolhas pessoais e do ‘domínio pessoal’ são rápidos em rotular o imposto sobre o açúcar como um exemplo do ‘Estado-babá’, onde o cidadão é comparado com uma criança. Apesar da boa evidência de que o público pode ser extremamente favorável a intervenções de nível populacional destinadas a mudar comportamentos privados de indivíduos (Jochelson, 2003), esta linguagem – baseando-se nas tradições liberais conservadoras e econômicas – é regularmente utilizada, com grande efeito, pelos meios de comunicação do Reino Unido e comentaristas políticos.

Talvez em reação a isso, grande parte do caso para ação fiscal tem-se centrado nas experiências de crianças e jovens. As acusações de ‘estatismo babá’ parecem ter menos credibilidade quando o governo está agindo de forma explícita no interesse dos jovens que não teemem nem os recursos nem a capacidade para atuar como agentes racionais. De fato, muitas das recentes grandes intervenções de saúde pública no Reino Unido teem sido focalizados nos interesses de crianças e jovens (Plano de Alimentação Escolar, 2015). Assim, enquanto o inovador relatório da agência Saúde Pública Inglaterra (PHE) recomendou que o consumo de bebidas adoçadas com açúcar deve ser minimizado na dieta de ambos adultos e crianças, esta publicação fez muito para concentrar a atenção política sobre as bebidas adoçadas com açúcar ao invés de outras categorias de produtos, destacando dados que demonstraram que refrigerantes são a maior fonte de açúcar para jovens entre 11-18 anos de idade (Public Health England, 2015a).

Este foco em crianças e jovens também foi adotado por parlamentares, com o Comitê Seletor da Saúde concentrando sua atenção sobre alavancas que poderiam ser utilizadas para reduzir a obesidade infantil:

Enquanto as intervenções para reduzir o consumo de calorias possam beneficiar todas as idades, invocamos com premência o Governo garanta que a estratégia inclua medidas específicas para proporcionar o maior benefício às crianças e jovens e especialmente aqueles com maior risco de saúde (Comitê de Saúde, 2015).

Enquanto este tipo de linguagem não tenha totalmente impedido acusações de ‘estatismo babá’ não é surpreendente que o governo, reagindo a esses relatórios e às campanhas da sociedade civil, tenha tido uma abordagem explicitamente centrada na criança em suas mensagens de introdução do imposto sobre o bebidas adoçadas com açúcar e outras ações de saúde pública:

Estamos introduzindo o imposto sobre a indústria o que significa que as empresas podem reduzir o teor de açúcar de seus produtos, como muitos já fazem. Isso significa que eles podem promover marcas com baixo teor de açúcar ou sem açúcar, como muitos já praticam. Eles podem tomar estes passos perfeitamente razoáveis para ajudar com a saúde das crianças (Barber et al., 2017)

Protegendo gastos públicos

Outro argumento chave usado de forma consistente para justificar o imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar é o custo da obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis ao Serviço Nacional de Saúde (NHS) do Reino Unido, e o impacto econômico mais amplo da má-saúde. Profissionais da saúde pública que defendem o imposto sobre bebidas adoçadas com açúcar teem apontado para os altos gastos relacionados à obesidade que o NHS enfrenta, e os custos econômicos da falta de saúde a cargo de “perda de produtividade, desemprego, aposentadoria antecipada e benefícios sociais associados” ao apoiar o caso para o imposto sobre o açúcar (Obesity Health Alliance, 2017b).

Enfrentando opositores do imposto sobre o açúcar

Tanto antes como após o governo anunciar o imposto sobre o açúcar, a indústria tradicional de bebidas tem consistentemente resistido às propostas fiscais de saúde pública. Seus argumentos focalizam na sua maioria nos impactos econômicos a curto prazo enfrentados pela indústria, em vez de custos a longo prazo para o consumidor e o cofre público. A Associação de Refrigerantes britânica (Soft Drinks Association) citou o risco da perda de emprego no Reino Unido (4000, de acordo com a pesquisa que encomendaram) como uma razão para resistir ao imposto sobre o açúcar (Oxford Economics, 2016), enquanto a Federação de Alimentos e Bebidas (Food and Drink Federation), representando organizações que incluem a Coca-Cola, Pepsi e Tango, argumentaram que o governo

deveria suspender o desenvolvimento de suas propostas devido às incertezas criadas pelo voto do Reino Unido para deixar a União Europeia – o ‘Brexit’ (Food & Drink Federation, 2017).

Os opositores também levantaram outras preocupações sobre o imposto, à medida em que destaca bebidas adoçadas com açúcar em comparação com outras categorias de produtos – deixando o imposto sujeito a reclamações sobre a concorrência; e eleva o açúcar como um nutriente chave de interesse social, ignorando assim a outras causas de problemas de saúde relacionados com a dieta (Barber et al., 2017).

Além de discutir estas questões na mídia, há evidência de que a indústria de bebidas tenha investido grandes somas de dinheiro para fazer lobby diretamente com parlamentares e desafiar os fundamentos acadêmicos estabelecidos para o imposto sobre o açúcar. A Campanha de Alimentação Infantil (Children’s Food Campaign) estima que só no mês de setembro de 2016 centenas de milhares de libras foram gastos em tais esforços (Clark, 2016).

Isto espelha o que tem historicamente sido a estratégia da indústria do tabaco. De fato, parece haver uma sobreposição significativa no Reino Unido entre lobistas obstrutivos resistindo ao controle de tabaco e do imposto sobre o açúcar. O Instituto para Assuntos Econômicos (Institute for Economic Affairs) – um instituto de pesquisa que recebe financiamento da indústria de tabaco há décadas – foi um oponente vocal, não só ao imposto sobre o açúcar proposto (Clark, 2016): como também ajudou a elaborar novas propostas de políticas que impediriam acadêmicos e ONGs de utilizar subvenções e financiamentos públicos para influenciar o desenvolvimento de legislação e/ou regulamentação (NCVO, 2015) pública. Estas propostas iriam limitar seriamente os profissionais da saúde pública, que são financiados por fundos públicos, em contribuir para o desenvolvimento do imposto sobre o açúcar e outras políticas de saúde pública.

Comentaristas da mídia também têm destacado o papel de ‘astroturfing’ na resistência contra as propostas para um imposto sobre o açúcar. (O Google explica: AstroTurf é um nome de marca de grama artificial, que hoje descreve a prática enganosa de apresentar uma campanha de marketing sob a forma de comentários não-solicitados de membros do público. Ou seja, o oposto de ‘grassroots’, vindo das bases – veja o exemplo a seguir.) A respeitada revista Private Eye destacou a forma como o Conselho de Administração da campanha ‘Povo Contra o Imposto sobre o Açúcar’ – ostensivamente formado ao nível das bases – de fato contem antigos chefes políticos e lobistas corporativos (Private Eye, 2016). Outros grupos influenciados pela indústria têm sido vocais tanto em meios de comunicação tradicional como em plataformas de mídia social. Por exemplo, a voz mais alta em um ‘dia de ação’ declarada por ‘varejistas independentes’ contra o imposto sobre o açúcar era a de um alto executivo da Coca Cola (Clark, 2016).

Os defensores do imposto têm trabalhado ativamente, usando investigação social e técnicas de investigação jornalística para expor essas estratégias (Mason, 2016). Esta tarefa foi facilitada pela colaboração organizacional entre um grupo diverso de partes interessadas pró-intervenção. Através de órgãos de coordenação transparentes – nomeadamente a Obesity Health Alliance, uma coalizão de 40 organizações que se uniram sob uma plataforma comum de prevenção de problemas de saúde relacionados à obesidade – ativistas foram capazes de se alinhar e dar apoio mútuo para fortalecer as suas atividades de pesquisa e campanha (Obesity Health Alliance, 2017).

QUESTÕES FUNDAMENTAIS A CONSIDERAR

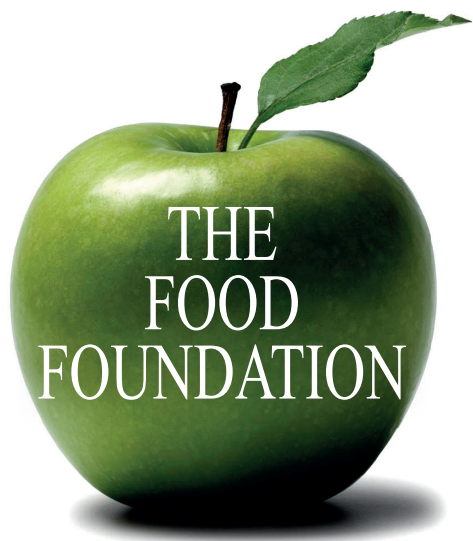
Tomadores de decisões políticas que estejam considerando regulamentação ou outras ações nesta área deverão considerar o seguinte:

- Quais nutrientes-chave devem ser sujeitos a medidas fiscais?
- Quais são as principais categorias de produtos alimentares que devem ser sujeitos a medidas fiscais?
- Como podem ser melhor alocadas as receitas arrecadadas por medidas fiscais para apoiar metas de saúde pública?
- Deveriam ser colocadas medidas fiscais sobre produtores – no ponto de produção ou de importação – ou consumidores, no ponto de compra?
- As medidas fiscais deveriam ser comprovadamente progressistas a) financeiramente, e/ou b) em termos de resultados de saúde pública?
- As medidas fiscais deveriam ser concebidas para provocar diferenças de preço entre os produtos mais e menos saudáveis, para levar à reformulação, ou a outra mudança de comportamento de produtores e/ou consumidores?
- Como poderiam medidas de política pública realçar ou limitar o impacto na alimentação de medidas fiscais ao nível de população?

REFERÊNCIAS E LEITURA ADICIONAL

- AHDB. (2016). Coca-Cola invests further in dairy – could the UK get a look-in? Retrieved from <https://dairy.ahdb.org.uk/news/news-articles/february-2016/coca-cola-invests-further-in-dairy---could-the-uk-get-a-look-in/#.WA-CSSorLet>
- Anderson, J. J., Celis-Morales, C. A., Mackay, D. F., Iliodromiti, S., Lyall, D. M., Sattar, N., ... Pell, J. P. (2016). Adiposity among 132 479 UK Biobank participants; contribution of sugar intake vs other macronutrients. *International Journal of Epidemiology*, 5, dyw173. <https://doi.org/10.1093/ije/dyw173>
- APPG Hunger. (2017). Hungry Holidays. Retrieved from [http://www.frankfield.com/upload/docs/Hungry Holidays.pdf](http://www.frankfield.com/upload/docs/Hungry%20Holidays.pdf)
- Barber, S., Baker, C., & Foster, D. (2017). The Soft Drinks Industry Levy. Retrieved from <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7876>
- Briggs, A. D. M., Mytton, O. T., Kehlbacher, A., Tiffin, R., Elhussein, A., Rayner, M., ... Scarborough, P. (2017). Health impact assessment of the UK soft drinks industry levy: a comparative risk assessment modelling study. *The Lancet Public Health*, 2(1), e15–e22. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(16\)30037-8](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(16)30037-8)
- Briggs, A. D. M., Mytton, O. T., Kehlbacher, A., Tiffin, R., Rayner, M., & Scarborough, P. (2013). Overall and income specific effect on prevalence of overweight and obesity of 20% sugar sweetened drink tax in UK: econometric and comparative risk assessment modelling study. *BMJ*, 347.
- Bunn, S., & Barn, G. (2016). Sugar and Public Health.
- Campbell, D. (2016). Sugar tax: financially regressive but progressive for health? | Society | The Guardian. Retrieved June 6, 2017, from <https://www.theguardian.com/society/2016/mar/18/sugar-tax-financially-regressive-but-progressive-for-health>
- Caraher, M., & Perry, I. (2017). Sugar, salt, and the limits of self regulation in the food industry. *BMJ*, 357. Retrieved from <http://www.bmj.com/content/357/bmj.j1709>
- Clark, M. (2016). Is sugar the new tobacco? The industry's lobbying tactics suggest so | Left Foot Forward. Retrieved from <https://leftfootforward.org/2016/09/is-sugar-the-new-tobacco-the-industrys-lobbying-tactics-suggest-so>
- Colchero, M. A., Popkin, B. M., Rivera, J. A., & Ng, S. W. (2016). Beverage purchases from stores in Mexico under the excise tax on sugar sweetened beverages: observational study. *BMJ*, 352.
- Cornelsen, L., & Carriedo, A. (2015). Health-related taxes on foods and beverages.
- de Ruyter, J. C., Olthof, M. R., Seidell, J. C., & Katan, M. B. (2012). A Trial of Sugar-free or Sugar-Sweetened Beverages and Body Weight in Children. *New England Journal of Medicine*, 367(15), 1397–1406. <https://doi.org/10.1056/NEJMoa1203034>
- ECORYS. (2014). Growth Food taxes and their impact on competitiveness in the agri-food sector. Retrieved from <http://ec.europa.eu/growth>
- Food & Drink Federation. (2017). FDF Manifesto 2017. Retrieved from [https://www.fdf.org.uk/corporate_pubs/FDF Manifesto 2017.pdf](https://www.fdf.org.uk/corporate_pubs/FDF%20Manifesto%202017.pdf)
- Food Foundation. (2016). FORCE-FED Does the food system constrict healthy choices for typical British families? Retrieved from <http://foodfoundation.org.uk/wp-content/uploads/2016/07/The-Food-Foundation-64pp-A4-Landscape-Brochure-AW-V32.pdf>
- Government. (2016). Childhood Obesity A Plan for Action.
- Health Committee. (2015). Childhood obesity-brave and bold action report. Retrieved from <https://www.publications.parliament.uk/pa/cm201516/cmselect/cmhealth/465/465.pdf>
- Health Committee. (2017). Childhood obesity: follow-up Seventh Report of Session 2016–17. Retrieved from <https://www.publications.parliament.uk/pa/cm201617/cmselect/cmhealth/928/928.pdf>
- HM Government. (2016). Budget 2016: policy costings. Retrieved from https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/508147/PU1912_Policy_Costings_FINAL3.pdf
- HM Treasury. (2016a). Soft Drinks Industry Levy: 12 things you should know - News stories - GOV.UK. Retrieved from <https://www.gov.uk/government/news/soft-drinks-industry-levy-12-things-you-should-know>
- HM Treasury. (2016b). Soft Drinks Industry Levy – consultation.
- Jochelson, K. (2003). Nanny or Steward? The role of government in public health: Working paper - Karen Jochelson - The King's Fund, 6th October 2005. Retrieved from https://www.kingsfund.org.uk/sites/files/kf/field/field_publication_file/nanny-steward-role-

- government-public-health-working-paper-karen-jochelson-kings-fund-6-october-2005.pdf
- Knai, C., Petticrew, M., Durand, M. A., Eastmure, E., James, L., Mehrotra, A., ... Mays, N. (2015). Has a public-private partnership resulted in action on healthier diets in England? An analysis of the Public Health Responsibility Deal food pledges. *Food Policy*, 54, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.04.002>
- Malik, V. S., Pan, A., Willett, W. C., & Hu, F. B. (2013). Sugar-sweetened beverages and weight gain in children and adults: a systematic review and meta-analysis. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 98(4), 1084–102. <https://doi.org/10.3945/ajcn.113.058362>
- Mason, R. (2016). Soft drinks industry lobbies government to dilute sugar tax | Life and style | The Guardian. Retrieved June 6, 2017, from <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2016/oct/21/soft-drinks-industry-lobbies-government-dilute-scrap-sugar-tax>
- McKinsey Global Institute. (2014). Overcoming Obesity. Retrieved from <http://www.mckinsey.com/industries/healthcare-systems-and-services/our-insights/how-the-world-could-better-fight-obesity>
- NCVO. (2015). Grants, Lobbying and Voluntary Organisations | NCVO Blogs. Retrieved from <http://blogs.ncvo.org.uk/2015/03/03/grants-lobbying-voluntary-orgs>
- NHS England. (2017). Action to reduce sales of sugar-sweetened drinks on NHS premises: Consultation response and next steps. Retrieved from <https://www.england.nhs.uk/wp-content/uploads/2017/04/sugar-action-doc.pdf>
- Obesity Health Alliance. (2017). Briefing on the Soft Drinks Industry Levy – Summary. Retrieved from <http://obesityhealthalliance.org.uk/wp-content/uploads/2017/03/OHA-Briefing-on-SDIL-summary-March-2017.pdf>
- Obesity Health Alliance. (2017). Joint Policy Position on Obesity. Retrieved from <http://obesityhealthalliance.org.uk/wp-content/uploads/2017/04/Policy-Position-Statement-2017.pdf>
- Obesity Health Alliance. (2017). Soft Drinks Industry Levy Myth Buster. Retrieved from <http://obesityhealthalliance.org.uk/wp-content/uploads/2017/03/SDIL-drop-in-counter-arguments-Feb-2017-update.pdf>
- Oxford Economics. (2016). THE ECONOMIC IMPACT OF THE SOFT DRINKS LEVY. Retrieved from http://www.britishsoftdrinks.com/write/MediaUploads/Publications/The_Economic_Impact_of_the_Soft_Drinks_Levy.pdf
- Private Eye. (2016). Private Eye issue 1426. Retrieved from <http://www.private-eye.co.uk/issue-1426/hp-sauce>
- Public Health England. (2015a). Sugar Reduction The evidence for action. Retrieved from www.gov.uk/phe
- Public Health England. (2015b). Sugar Reduction The evidence for action. Retrieved from www.gov.uk/phe
- SACN. (2015). Carbohydrates and Health.
- Sassi, F., & Belloni, A. (2014). Fiscal incentives, behavior change and health promotion: what place in the health-in-all-policies toolkit? *Health Promotion International*, 29 Suppl 1, i103-12. <https://doi.org/10.1093/heapro/dau050>
- School Food Plan. (2015). School Food Standards. Retrieved from <http://www.schoolfoodplan.com/wp-content/uploads/2015/01/School-Food-Standards-Guidance-FINAL-V3.pdf>
- Smith, K. (n.d.). The Soft Drinks Levy. Retrieved from https://www.ifs.org.uk/uploads/budgets/budget2016/budget2016_ks.pdf
- Smith, K. (2016). The Soft Drinks Levy.
- Snowdon. (2016). The Sugar Levy: A Briefing – Institute of Economic Affairs. Retrieved June 6, 2017, from <https://iea.org.uk/publications/the-sugar-levy-a-briefing>
- Sugar Smart. (n.d.). Welcome | Sugar Smart UK. Retrieved June 6, 2017, from <https://www.sugarsmartuk.org/>
- Swinford. (2016). HMRC cuts could lead to “collapse” in service and should “chill the blood” of taxpayers, MPs warn. Retrieved from <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/07/26/hmrc-cuts-could-lead-to-collapse-in-service-and-should-chill-the>
- WalesOnline. (2015). Sugary drinks tax backed by Labour Assembly Members - Wales Online. Retrieved June 6, 2017, from <http://www.walesonline.co.uk/news/politics/sugary-drinks-tax-backed-labour-10576809>
- WHO. (2016). Fiscal Policies for Diet and Prevention of Noncommunicable Diseases.



CONTACTO

Office@foodfoundation.org.uk
www.foodfoundation.org.uk
020 3086 9953